

GÊNERO, EDUCAÇÃO E METODOLOGIAS FEMINISTAS

GENDER, EDUCATION AND FEMINIST METHODOLOGIES

GÉNERO, EDUCACIÓN Y METODOLOGÍAS FEMINISTAS

Carla Conceição da Silva Paiva ¹
Raiane Barboza de Sousa ²
Erika Jane Ribeiro ³

Manuscrito recebido em: 11 de abril de 2021.

Aprovado em: 26 de maio de 2021.

Publicado em: 09 de junho de 2021.

Resumo

Este artigo parte da problematização em torno da abordagem das temáticas de gênero em pesquisas científicas na área da educação, ancorando-se, para tanto, na análise das metodologias de cunho feminista, por meio da apresentação de duas pesquisas desenvolvidas no Vale do São Francisco, por mestrandas do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos. As análises aqui suscitadas fundamentam e reforçam a necessidade de ampliação da adoção desse tipo de procedimento metodológico, visando a construção de conhecimento de modo diversificado e inclusivo, para romper com as invisibilidades e silenciamentos de gênero, racismo e classe social.

Palavras-chave: Gênero; Metodologias feministas; Educação; Semiárido.

Abstract

This article problematizes around the approach of gender themes in scientific researches in the education area from in the analysis of feminist methodologies, through the presentation of two researches developed in the Vale do São Francisco, by master's students of the Postgraduate Program - Master in Education, Culture and Semiarid Territories. The analyzes raised support and reinforce the need to expand the adoption of this type of methodological procedure, aiming to the

¹ Doutora em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos da Universidade do Estado da Bahia. Pesquisadora do grupo Educação, Sociedade e Desenvolvimento.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8619-2167>

Contato: ccspaiva@gmail.com

² Mestra em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia. Pesquisadora do grupo Educação, Sociedade e Desenvolvimento.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6521-012X>

Contato: sousa_raiane@hotmail.com

³ Mestra em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia. Professora na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco. Pesquisadora do grupo Educação, Sociedade e Desenvolvimento. Membro-coordenadora do grupo de escritoras do Vale do São Francisco Vozes-mulheres: além das margens.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7858-0605>

Contato: erikabrit@hotmail.com

construction of knowledge in a diversified and inclusive way, in order to break with the invisibilities and silences of gender, racism and social class.

Keywords: Gender; Feminist methodologies; Education; Semiarid.

Resumen

Este artículo parte de la problematización en torno del abordaje de los temas de género en las investigaciones científicas en el área de la educación, apoyándose, para ello, en el análisis de las metodologías feministas, mediante la presentación de dos investigaciones desarrolladas en el Vale do São Francisco, para Alumnos de Maestría en el Programa de Posgrado - Maestría en Educación, Cultura y Territorios Semiáridos. Los análisis aquí planteados apoyan y refuerzan la necesidad de ampliar la adopción de este tipo de procedimiento metodológico, apuntando a la construcción del conocimiento de forma diversificada e inclusiva, con el fin de romper con las invisibilidades y silencios de género, racismo y clase social.

Palabras clave: Género; Metodologías feministas; Educación; Semiárido.

Notas introdutórias

Nosso artigo tem o objetivo de ressaltar a importância do gênero como uma categoria analítica em projetos de investigação científica no Semiárido brasileiro. Historicamente, esse espaço geográfico foi concebido por um olhar homogeneizador, que, com base em determinadas condições climáticas, priorizou políticas públicas de combate à seca. Na verdade, segundo Paiva e Barros (2017), esse procedimento escondeu a diversidade espacial existente na região semiárida (fauna, flora e populações indígenas e quilombolas), corroborando para as desigualdades políticas, econômicas e sociais inter-regionais que coabitam em nosso país.

Devemos reconhecer que o Semiárido Brasileiro (SAB), ainda, não foi visto por dentro, com suas potencialidades e possibilidades (...). As ações pensadas para o Semiárido nordestino foi sempre a instituição de políticas de combate à seca no Nordeste com base em ações assistencialistas de emergência. O governo brasileiro, na verdade, não atentou para a necessidade de produzir um conhecimento mais aprofundado sobre a região, na sua pluralidade e diversidade. Esse tratamento linear, mutilante e simplificador foi mais fácil, lucrativo e estratégico politicamente para as elites locais, “os donos do poder”, inclusive, para colocar a ação das secas como o único problema do Nordeste. (PAIVA; BARROS, 2017, p.18)

Nesse contexto, questões relacionadas a temas como etnia, raça e gênero são ainda mais imperceptíveis. De acordo com Albuquerque Júnior (1999), no Nordeste, em linhas gerais, o modelo patriarcal de sociedade, enraizado no discurso da seca e no mito das paisagens naturais desoladoras, como açudes secos e chão rachado, ainda modelou o “nordestino cabra-da-pestes”, que, por sua vez, corroborou para a construção da imagem da “mulher-macho”, quando o feminino é suprimido pelas adversidades do clima e da história contada sobre a região. Essa concepção contribuiu para a permanência até mesmo da violência contra as mulheres e invisibilidades femininas no cotidiano, por processos descontínuos, fragmentados, na economia, na vida pública e nas artes, por exemplo, alimentando um modelo social que tenta conservar um tipo de relação entre homens e mulheres, que perdura desde o período colonial, por isso mesmo, naturalizado.

Nesse ambiente social, é preciso, inicialmente, inscrever as mulheres na história, promovendo emancipações e superando desigualdades radicadas na educação, que precisa fortalecer práticas que (re)eduquem o nosso olhar, desnudando como os fenômenos sociais podem ser explicados pelas diferenças de gênero. Apesar de, nos últimos anos, as questões envolvendo gênero e sexualidade, ganharem espaço na educação, nossas inquietações se devem justamente por pesquisadores/autores definirem, no Semiárido, notadamente, nas cidades de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, seu trabalho na área de gênero, contudo reproduzirem equívocos, em suas investigações, como categorizar sua pesquisa nesse campo somente pela presença de mulheres como participantes, por exemplo.

Nesse sentido, é preciso, em primeiro lugar, esclarecer que ter gênero como método de análise difere radicalmente de realizar um estudo que envolvam formas distintas de homens e mulheres se relacionarem com alguma questão. Gênero como categoria de análise compreende uma reavaliação crítica de premissas e critérios de trabalhos científicos, que devem ser revistos como um ato político, permeado por relações de poder, como uma noção relacional vocabular; a revisão de fundamentos teóricos e práticos que assinalam desigualdades e a quebra das identidades únicas (SCOTT, 1986).

Como o gênero se apresenta como uma categoria analítica?

Para Scott (1989), é preciso, inicialmente, quando se pretende investigar à luz de gênero, redefinir e alargar as noções tradicionais do que é relevante, bem como valorizar a inclusão tanto da experiência pessoal quanto subjetiva das atividades públicas e privadas realizadas por homens e mulheres. Ou seja, usar gênero como categoria de análise científica, segundo Davis (1975, p. 90 apud SCOTT, 1986, p. 3), implica “descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la”.

Nessa perspectiva, ressaltamos que Scott (1986) implementa o termo gênero e defende que as relações entre homens e mulheres são constituídas a partir de processos socioculturais sobre os corpos e as mentes. Assim, as reflexões de gênero, levantadas pelas feministas, discutem as questões sobre e entre as mulheres e ainda demonstram como a sociedade tem moldado homens e mulheres, mesmo antes do seu nascimento, impondo-lhes imagens tradicionais que repercutem em marcas hierárquicas e relações de poder. Seus estudos ainda provocaram discussões sobre identidade e representação de gênero, contribuindo para o entendimento de que não existe uma identidade única entre as mulheres.

Acerca desse tema, Beauvoir (1967, p. 9) pontuava que nenhum destino biológico, psíquico e econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino, reforçando assim, as afirmativas de Scott (1986). Essa construção social implica na existência de valores, regras, posturas, obrigações e deveres, os quais expressam o que é ser homem ou ser mulher numa dada cultura ou sociedade e provocam o debate sobre a exaltação de um gênero em detrimento de outro, ou seja, os homens másculos e fortes, em relação às mulheres frágeis e ingênuas.

Louro (1997) aponta questões que elucidam a oposição em relação aos conceitos de masculino e feminino até então determinados pela biologia.

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. (LOURO, 1997, p.21)

Essas diferenças entre os sexos, conclui Sardenberg e Macedo (2011), têm servido como base para se edificar e legitimar relações desiguais entre homens e mulheres, historicamente, caracterizadas por uma situação de subordinação das mulheres, particularmente, por sua constituição biológica, que permite a geração de vidas e amamentação. Essas características tidas como “naturais” têm imposto à mulher inúmeras atividades relacionadas ao cuidado e a educação, contudo, se as relações de gênero não são inscritas pela biologia, e sim pela cultura, são passíveis de transformação, o que tem sido reivindicada pelas feministas.

No Brasil, o tema das relações de gênero chega com intensidade em 1975, com a criação do Ano Internacional da Mulher, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), quando, através da realização de um Seminário, no Rio de Janeiro, foi promovido o debate sobre a condição feminina na sociedade. Com essa efervescência social e política que (re)ssurge o movimento feminista contemporâneo (LOURO, 1997). Nesse período, como muitas militantes eram participantes do universo acadêmico, acabaram introduzindo nas escolas e universidades os “Estudos da mulher”.

Para Pedro (2012, p. 31), é a partir desses estudos que ocorre o surgimento do feminismo de “Segunda Onda”, que teve como principais reivindicações as questões do trabalho e os problemas da mulher trabalhadora, mesmo diante da ditadura militar, vivenciada no período. Pedro (2015) destaca ainda a criação dos “grupos de consciência” ou de reflexão - formados por mulheres, em sua maioria, casadas e com filhos crescidos. Esses grupos pretendiam tomar consciência da “condição feminina” e “entendiam que não era a biologia que as definia, mas a cultura em que foram criadas e que as desqualificava, pois eram consideradas menos inteligentes e mais frágeis que os homens”.

Com o despontar da segunda onda do feminismo, por volta dos anos 1950, que fortalecia e amplificava a luta por direitos, considerando-se as conquistas, sobretudo políticas, da onda anterior, as reivindicações passaram a interconectar os aspectos político e pessoal que atravessavam a condição da mulher, na sociedade, sobretudo, no que se refere aos direitos reprodutivos e a sexualidade feminina (PEDRO, 2015). Têm início os estudos focados nas raízes das opressões sofridas pelas mulheres, que possibilitaram um olhar mais crítico sobre as múltiplas estruturas que produzem e reforçam explorações e silenciamentos. Muito em razão desses estudos e discussões teóricas, sobre o cerne de tais opressões, é que o feminismo vivenciado nesse período é conhecido como “Feminismo radical”, ou seja, que explora e discute a raiz das problemáticas sociais que incidem sobre as mulheres.

Porém, apesar da importância e urgência de tais estudos e discussões acadêmicas, em torno das questões de gênero, iniciados na segunda onda, não houve a profundidade e a diversidade necessária para que se problematizassem os atravessamentos de raça, etnia e classe social, o que resultou na hegemonização e elitização desses discursos, criando uma categoria única de mulher. Chantler (2015) destaca que

sustenta-se que, como grupo dominado, as mulheres têm experiências específicas para as quais geralmente não se atentou na produção do conhecimento. De mais a mais, grande parte da pesquisa que se diz universal e objetiva é de fato conhecimento parcial. (CHANTLER, 2015, p.112)

É, pois como reação a esses estudos insatisfatórios e limitados, centrados nas mulheres brancas e de elite, que outras vertentes do feminismo e estudos surgem e ganham força, a exemplo do feminismo negro e do interseccionalismo, reivindicando análises mais profundas e diversas, centradas na pluralidade de identidades e nas diferenças que atravessam a existência das mulheres, dando origem aos movimentos do feminismo da terceira onda. É nesse campo que as metodologias feministas, caracterizadas, especialmente, por suas abordagens críticas, preocupação com a mudança social e o resgate da experiência feminina, bem como o uso de análises e de linguagens não sexista, visando o empoderamento dos oprimidos, em específico, grupos de mulheres, abroham como instrumentos e estratégias metodológicas na academia.

Porquê usar metodologias feministas em Educação

A proposição/execução de pesquisas contextualizadas com as assimetrias de gênero, que se preocupem em investigar de modo aprofundado e cuidadoso o papel social do gênero nas diversas atividades científicas, requer que se adote uma abordagem de cunho feminista, considerando-se que essa perspectiva visa romper com antigas concepções epistemológicas, que se limitam à categorização dos conhecimentos. Longino (2012) nos lembra que o conhecimento científico é provido de um único gênero, suas principais características, como o conceito de verdade, objetividade, racionalidade, etc. introduziu na ciência uma mácula de masculinidade. Assim, a pesquisa de cunho feminista favorece uma reflexão importante acerca da produção do conhecimento científico, sobretudo, por questionar os privilégios masculinos nesse processo, adquiridos ao longo da história, e também por evidenciar as exclusões advindas dessa prerrogativa destinada aos homens.

Essa problematização, trazida por Longino (2012), não só propõem a reflexão em torno dos atravessamentos de gênero nas atividades científicas, mas também questiona os possíveis modos mais igualitários de se produzir conhecimento sem a interferência totalitária das vozes e pensamentos masculinos. Esse olhar mais crítico em torno dos moldes dominantes de produção do conhecimento nasce a partir da segunda onda do movimento feminista, que tem início por volta dos anos 1950 e se estende até os anos 1990, quando surgem os primeiros estudos em torno da condição da mulher na sociedade e da origem das opressões a que as mulheres são submetida (FRANCHINI, B. S, 2017). Para nós, a produção hegemonicamente masculina do conhecimento reforça a importância - e necessidade - de abordagens de cunho feminista, de modo a garantir maior integração e fluidez ao longo do processo de pesquisa e, conseqüentemente, a produção mais objetiva e transparente de conhecimentos não só no Semiárido Brasileiro.

Um dos aspectos da pesquisa de cunho feminista que mais favorece a ruptura com os modos tradicionais de pesquisa social é, principalmente, o seu aspecto participativo, que permite uma relação horizontalizada e respeitosa entre pesquisador/a e pesquisadas/os. Aos nos debruçarmos mais detidamente sobre as metodologias de cunho feminista,

valemo-nos da abordagem de Chantler e Burns (2015), segundo as quais não há uma metodologia especialmente feminista, mas sim múltiplos enfoques a partir dos quais o gênero pode ser utilizado como uma categoria de análise.

As metodologias de pesquisa feminista estão estritamente ligadas às histórias das lutas feministas e são categorizadas, em geral, como feminismos da primeira, segunda ou terceira onda. Assuntos que são importantes para o feminismo em diferentes momentos históricos, sociais e políticos influenciam ideias sobre metodologia e os tipos de pesquisa que se realizam. No entanto, deve-se observar que não há uma metodologia especificamente feminista. (CHANTLER, 2015, p.111)

Antes de traçarmos suas principais características, faz-se necessário destacarmos a importância da adoção do cunho feminista para a realização de pesquisas em educação, tendo em vista o seu caráter emancipatório e facilitador de relações igualitárias, que muito contribuem para o contexto educacional, posto que permitem o reconhecimento das estruturas de poder, bem como das desigualdades de gênero latentes, inclusive, nas práticas educacionais. Para Louro (1997), as relações de gênero são cruciais para a educação, porque envolvem processos de contínua transformação de identidade e da subjetividade dos sujeitos educandos e educadores. Essa compreensão assinala pontos relevantes como a observação de que o modo de ser masculino contém o feminino e vice-versa; a indicação de que a relação masculino-feminino institui uma oposição entre um modo de ser dominante e um dominado, o que tributa a advertência de que o poder exercido entre os gêneros pode se estabelecer em várias direções; bem como a inclusão de diferentes formas de masculinidade e feminilidade nas práticas educativas, nos currículos e no processo de ensino-aprendizagem.

Outro fator contributivo para a escolha do cunho feminista em pesquisas em educação reside na pluralidade de enfoques e abordagens que elas permitem, através de múltiplas instrumentalizações, como entrevistas semiestruturadas ou não estruturadas, diários de pesquisa, estudos de caso, entrevistas com grupos-alvo, entre outros. A técnica da entrevista, para Schostak e Barbour (2015, p. 102), é como “uma broca que pode penetrar fundo nas estruturas discursivas que sustentam as palavras dos indivíduos. É também um modo de ver ou, melhor, uma condição para ver o que quer que seja”. No campo da educação, a entrevista é uma forma de mergulhar mais profundamente em

questões que não apresentam tanta visibilidade nos espaços formais de construção do conhecimento. Para as teorias feministas, por sua vez, a entrevista oportuniza voz e vez a mulheres silenciadas, principalmente grupos marginalizados, como prostitutas, trabalhadoras rurais, mulheres negras, rompendo também com hierarquias nas relações que envolvem algumas pesquisas, promovendo uma maior integração entre pesquisador/a e os “sujeitos” da investigação.

Diante dessa pluralidade de enfoques possíveis, a pesquisa de cunho feminista se diferencia das demais abordagens mais tradicionais e, conseqüentemente, mais generalistas por ancorar-se em quatro características basilares, que devem ser consideradas conjuntamente, ao transcorrer da pesquisa. De acordo com Chantler e Burns (2015, p. 113), essas particularidades são: a) pesquisa feminista como indagação crítica; b) pesquisa de ‘voz’ e fundamentada das experiências das mulheres; c) reflexividade; e d) uma ética do cuidado. A primeira (indagação crítica) confronta as definições já postas e secularizadas, permitindo um olhar mais crítico e questionador em torno das realidades analisadas e das experiências construídas anteriormente pelos sujeitos envolvidos. Em tese, o viés indagador crítico da pesquisa feminista está para além da coleta dados e escuta mecânica dos sujeitos, visto que busca problematizar as relações de poder que permeiam suas vivências num dado contexto e suas experiências por elas forjadas.

É partindo das problematizações suscitadas pela indagação crítica que a pesquisa de cunho feminista dedica-se à “voz” e experiências das mulheres, devassando não só os seus discursos, mas também os elementos e contextos que interferem na produção de tais discursos. Assim, é possível, por exemplo, além de considerar os silenciamentos das vozes femininas na sociedade, a partir da “voz” das mulheres participantes da pesquisa, provocar desdobramentos em torno das falas e/ou mudez de outras mulheres por meio da observação de suas vivências. Ao tempo em que se dedica às vozes dessas mulheres, a pesquisa de cunho feminista vai possibilitando reflexões mais críticas delas em torno de si mesmas e de suas experiências discursivas e mais ainda sobre as situações de silenciamento e anulação a que foram submetidas. Essa análise crítica permite, inclusive, destacarmos de que modo os diversos arcabouços de poder corroboram com a legitimação

ou marginalização de vozes e identidades, por meio do silenciamento e anulação das mulheres.

A reflexividade, por sua vez, se constrói, intrinsecamente, no fazer investigativo por meio da não hierarquização da relação entre pesquisadora e pesquisados/as, promovendo uma relação mais igualitária entre os/as participantes e pela adoção de uma postura horizontalizada sem apego às premissas impostas. A perspectiva reflexiva da pesquisa feminista permite, assim, que o foco se mantenha sobre o tema e os seus participantes, enfatizando suas vozes e experiências, para que assim se garanta uma melhor compreensão das relações de poder que atravessam esse processo e, principalmente, para que não se privilegie, apenas, a construção discursiva, as emoções, crenças e entendimentos das/dos pesquisadoras/es.

Conjuntamente com as demais características basilares da pesquisa feminista, a ética do cuidado, por fim, se apresenta como outro elemento essencial, tendo em vista a relação igualitária e respeitosa que é construída entre pesquisadora e participantes, evidenciando a importância de sua atuação e o papel fundamental do compartilhamento e valorização de suas experiências, a fim de motivar outras mulheres. Além disso, essa particularidade deve primar pela desconstrução dos possíveis estereótipos e hierarquias existentes em torno da pesquisa e do compromisso com a construção de conhecimento responsável e acessível.

Defendemos ainda que a utilização de metodologias feministas na Educação ainda contribui para o declínio da separação das diferenças nas instituições escolares e nos espaços não formais de aprendizado. Louro (1997) sinaliza que, historicamente, a sociedade ocidental moderna construiu nas escolas essas diferenças dicotômicas, como adultos-crianças; ricos-pobres; urbano-rural; meninos-meninas etc., classificando, ordenando e hierarquizando os sujeitos enquanto educandos e que essa divisão é ainda mais intensificada pela arquitetura e o tempo escolar, definidos pelo capitalismo e pelo patriarcado, delimitando lugares e momentos “permitidos” e “proibidos” para mulheres, negros, camponeses e deficientes, entre outros/outras, (re)construindo fatores culturais e sociais inacabados e repetitivamente opressores. Sendo imprescindível, em primeiro lugar, admitir que

a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso quotidianamente, com a nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades. (LOURO, 1997, p.86)

Para nós, essas reflexões são urgentes, porque antes de discutir noções de gênero em educação, precisamos (re)conhecer que somos demarcados/as continuamente pelas diferenças (re)inscritas pelas políticas e saberes legitimados por uma sociedade capitalista e patriarcal. Em segundo lugar, antes de pesquisar relações entre mulheres e homens na Educação, devemos refletir sobre discursos e metodologias que estão sendo utilizados para escamotear esse (re)conhecimento, para só então, finalmente, adotarmos proposições investigativas que considerem os atores e as atrizes sociais, e seus respectivos contextos, como pessoas capazes de produzir e disseminar também diversos tipos de conhecimento, seja por experiências coletivas e/ou individuais.

- Metodologias feministas no Semiárido Brasileiro

Pautadas nessas concepções, realçamos as experiências de duas pesquisas, que foram realizadas no biênio 2018/2019, no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos - PPGESA, inaugurando a utilização desse tipo de investigação. Os dois estudos dissertativos trouxeram indagações críticas acerca da produção poética de mulheres no Vale do São Francisco e das relações de trabalho e formação de trabalhadoras rurais da fruticultura irrigada, em Petrolina, além de basearem-se nas vozes e experiências dessas mulheres, mantendo uma relação respeitosa e sem hierarquizações, de modo a garantir o protagonismo, a privacidade e o bem-estar dessas mulheres. Durante todo o processo de pesquisa, as pesquisadoras devassaram como os discursos e as experiências dessas mulheres que são invisibilizados no Semiárido brasileiro.

No primeiro caso, a pesquisa “Vozes femininas na poética contemporânea: Letramentos de reexistência no Vale do São Francisco”, desenvolvida por Erika Jane Ribeiro (2018), com orientação da Professora Doutora Carla Conceição da Silva Paiva, demonstrou que há uma vasta e plural produção poética de mulheres do Vale do São Francisco, concatenada com questões sociais e políticas relevantes, a exemplo das temáticas raciais e de gênero, que muito embora se caracterize reexistente ainda enfrenta diversas obstacularizações no que concerne à sua circulação, inclusive nos espaços escolares, tendo em vista a perspectiva tradicionalista e hegemônica de ensino adotada. Ao longo de todo o processo, tanto a pesquisa, como análise e discussão dos dados, pautou-se na observação conjunta das características basilares da metodologia feminista, já detalhadas acima, inicialmente, objetivando-se o mapeamento e análise das produções poéticas de mulheres do Vale do São Francisco, indagando-se criticamente as possibilidades de utilização dessas produções em sala de aula e extrapolação dos limites canônicos. Para tanto, privilegiamos a enunciação das poetisas e professoras pesquisadas, sobre suas experiências criativas e também sobre como as questões de gênero atravessam os seus fazeres poéticos e pedagógicos, de modo a assegurar a dizibilidade das pesquisadas.

As poetisas participantes são membros de coletivos artísticos e literários do Vale do São Francisco, o Clã- Virá e o Coletivo Vozes-Mulheres: além das margens, e por meio deles buscam fortalecer suas produções, refletir sobre suas identidades, bem como sobre os impedimentos e silenciamentos que permeiam suas vivências, num processo de (re)construção e interconexão de suas identidades tão plurais, mas, igualmente, atravessadas por assimetrias de gênero, raça, sociais e territoriais. Desse modo, evidenciamos a importância de pesquisas e estudos feministas norteados por uma perspectiva mais complexa e interseccional, que considere as variadas estruturas sociais e o modo como fatores raciais, sociais e geográficos potencializam as opressões de gênero.

A interseccionalidade, segundo Crenshaw (2002, p. 177), é o conceito que “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”. Assim, ao analisarmos os discursos e

ações das poetisas e professoras pesquisadas, de forma não hierarquizada, mas partindo da observação participante, do diálogo fluído e afetivo, construímos uma pesquisa mais integrativa, que respeita e considera as várias experiências e emoções das mulheres participantes, garantindo uma relação igualitária entre pesquisadora e pesquisadas, liberta dos arcabouços da neutralidade e estigmas da pesquisa tradicional.

Essa pesquisa evidenciou uma vasta e diversa produção literária e artística dessas mulheres poetisas que, apesar de todos os obstáculos impostos e fortalecidos pelo sistema patriarcal, seja especificamente no campo criativo ou no editorial, seguem produzindo de modo independente e produzindo performances literárias, que permitem uma interconexão maior com o público, com os espaços públicos e com a própria natureza. Logo, essas produções literárias refletem as vivências dessas mulheres, no Semiárido baiano, evidenciando sua condição de mulheres negras, periféricas, mães, caatingueiras em contato com a natureza, comprovando a existência de múltiplos perfis, bem distintos das categorizações hegemônicas que insistem em limitar e anular as diversidades culturais, sociais, geográficas, linguísticas e identitárias dos povos do semiárido, sobretudo as mulheres. Apesar dessa ampla produção escrita e produção artística, confirmamos que os espaços escolares ainda priorizam as vozes canônicas, partindo de currículos hegemônicos que não consideram os sujeitos e contextos envolvidos no processo educativo.

Para além da produção literária, dos espaços de fortalecimento identitário e discursivo dessas mulheres, observamos que algumas delas ainda sentem-se inseguras quanto à sua produção literária e aos espaços de difusão de suas obras, tendo em vista todo o silenciamento e anulação impostos, historicamente, às mulheres, sobretudo às autoras/artistas. A insegurança quanto aos seus escritos e à sua função de poeta na sociedade tende a levá-las à dúvida sobre si mesmas, principalmente, aquelas que ainda não têm livros publicados, muito embora o próprio discurso poético seja emancipatório, demonstrando que as autoras ainda não gozam da liberdade e autonomia enunciada pelo eu-poemático. Esse descrédito de sua própria capacidade literária confirma que as autoras, por vezes, estão condicionadas à síndrome da impostora, que caracteriza-se, justamente, pelo sentimento de incapacidade e pela sensação de fraude e desajuste intelectual, crendo

que o público as julga incompetentes, mesmo que haja evidências opostas (CLANCE; IMES, 1978).

Por sua vez, a dissertação “Processos Formativos das trabalhadoras da fruticultura irrigada no Programa Chapéu de Palha Mulher (Petrolina- PE)”, desenvolvida por Raiane Barboza de Sousa (2020), sob a orientação da Professora Doutora Edonilce da Rocha Barros, revelou a urgência de se observar as vozes de trabalhadoras rurais silenciadas, uma vez que elas possuem demandas específicas dentro de cada contexto, bem como a necessidade de promover estratégias de integração entre as ações governamentais de combate a vulnerabilidade social.

Esses apontamentos só puderam ser notados, durante a investigação, pela criticidade aplicada ao breve histórico sobre o lugar da mulher no Semiárido Brasileiro, principalmente, em relação às trabalhadoras rurais assalariadas que foram participantes dessa pesquisa. Priorizamos utilizar, preferencialmente, autoras mulheres, que, em suas escritas, já apresentavam a criticidade às literaturas tidas como “tradicionais”, permeadas de visões patriarcais e machistas, e também por essas histórias demonstrarem em seus detalhes o respeito às mulheres que ousaram lutar por direitos na sociedade nos períodos em que viveram. Diante do exposto, adotamos o enfoque crítico que, segundo Chantler (2015), visa sinalizar as realidades das mulheres trabalhadoras rurais num contexto social e político, elucidando as relações de gênero através das experiências das beneficiárias participantes do processo formativo do Programa Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura Irrigada (PCPMFI), desenvolvido pela Associação das Mulheres Rendeiras do Bairro José e Maria, no município de Petrolina-PE.

O PCPMFI surge a partir da elaboração do I Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres Rurais de Pernambuco (I PPPMR/PE), com a proposta de integrar diversas áreas, como a educação, trabalho e renda, saúde, cultura e segurança, além de promover o acesso a bens, serviços e oportunidades, gerando justiça social e equidade entre homens e mulheres no campo, bem como entre mulheres urbanas e rurais. Além disso, visava proporcionar empoderamento social e político, por meio da valorização da mulher rural, enquanto sujeito de participação e capacidade organizativa, e foi instituído, através da Lei pernambucana n.º 13.766/2009. O Programa contou com a inserção da Secretaria da

Mulher-PE na promoção do recorte de gênero e também para a inserção de recursos financeiros para a realização das ações, que passaram a beneficiar as mulheres das cidades de Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Belém do São Francisco, Cabrobó, Orocó e Petrolândia.

Para aplicar a metodologia feminista com êxito nesse estudo, Sousa (2020) buscou romper com relações hierarquizadas de poder entre ela e as participantes, que apesar de ocuparem, naquele momento, papéis distintos, procuraram desenvolver práticas igualitárias, baseadas na confiança, no respeito e na empatia com a história de vida de cada uma dessas mulheres. Para produzir conhecimento responsável e que agregasse valor às contribuições das mulheres participantes por meio da pesquisa voz, foi fundamental ainda oportunizar espaço para as falas e discursos das participantes do estudo através de entrevistas individuais semiestruturadas.

De acordo com Duarte (2005), as entrevistas semiestruturadas se norteiam por algumas questões de interesse, que “parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas” (TRIVIÑOS, 1990, p. 146 apud Duarte, 2005, p. 66). Alberti (2004) ressalta que essa técnica é utilizada para contar a trajetória de comunidades, instituições, ações etc, pois, além de preencher lacunas de arquivos existentes, esclarece conteúdos e formas de organização. Conforme Schostak e Barbour (2015, p. 101), as entrevistas semiestruturadas permitem “flexibilidade e a inclusão de algumas perguntas não conclusivas”, oportunizando verificar o real significado atribuído pelo entrevistado. Ainda de acordo com esses autores, é aconselhável também que o entrevistador não imponha, nem faça objeções ao participante da pesquisa, possibilitando assim emergir a voz do entrevistado. “Com isto, os dados colhidos e as análises que se seguem estariam fundamentados nas experiências dos entrevistados e não nas exigências da pesquisa” (p. 101).

Seguindo as características da referida metodologia, a reflexividade se tornou uma vantagem para Sousa (2020), que é mulher e se relaciona diretamente com o seu objeto de estudo, que são os processos formativos do Programa Chapéu de Palha Mulher, pois possui experiências semelhantes quanto ao contexto o qual estão inseridas as mulheres

participantes, já que atuou como educadora desse projeto durante três anos. Nesse sentido, todas as etapas da sua pesquisa estavam diretamente relacionadas com uma ética do cuidado, que parte, desde a escolha do lócus, no caso, a Associação das Mulheres Rendeiras do Bairro José e Maria, que é uma instituição composta por mulheres ativista nas questões de gênero, que promovem campanhas e atuam politicamente na promoção da equidade entre homens e mulheres na sociedade, por meio da geração de renda financeira, empoderamento, atuação junto a Conselhos municipais e em parcerias público-privada. Além disso, a inserção da pesquisadora, no contexto pesquisado, facilitou a relação com as participantes, justamente, por já ter um certo convívio o que não provocou um estranhamento e ainda permitiu aprofundar questões que buscassem romper com estereótipos e estimular a participação das mulheres.

Para Neves e Nogueira (2005), a perspectiva feminista de fazer pesquisa seria capaz de produzir verdades particulares e limitadas, devendo ser dever do/a pesquisador/a ao realizar seu estudo responder questões quanto a sua responsabilidade, sua parcialidade e seu posicionamento, sendo importante que defina qual ciência está produzindo e para qual finalidade. A partir desse apontamento, buscamos realizar uma ciência feminista que revelasse não somente a importância dos saberes das mulheres trabalhadoras da fruticultura irrigada, tidos como dominados, mas reforçar a importância da criação de políticas públicas específicas, voltadas para as demandas dessas mulheres, considerando suas diferenças, de raça, etnia, geração, localização, escolaridade e outras, como produtoras de desigualdades que permeiam seu universo social. Para isso, apontamos a necessidade de nos aprofundarmos mais sobre os estudos das mulheres trabalhadoras rurais a partir de uma perspectiva interseccional para podermos compreender um pouco mais sobre sua realidade cotidiana no Semiárido Brasileiro.

Levamos ainda em consideração o lugar de fala das participantes, definido, por Ribeiro (2017, p. 46), como uma postura ética fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo. Com base nessa afirmação, observamos que, em sua maioria, as trabalhadoras rurais assalariadas eram mulheres negras, que atuavam profissionalmente no campo, mas viviam em situação de vulnerabilidade, nas periferias urbanas do Semiárido Brasileiro. Para Ribeiro (2017), o

recinto social ocupado pelas mulheres negras se apresenta como uma trilha importante para pensar de que modo essa interseccionalidade está servindo para produzir experiências diferentes de outras mulheres. Ressaltamos, ainda conforme a referida autora, que isso não determina que elas tenham consciência discursiva sobre esse lugar de fala, mas demonstra que não há uma visão universal para todas as mulheres nesse contexto, uma vez que essas condições sociais, sobretudo, de gênero, classe, raça, etnia permitem ou não que esse grupo tenha acesso a outras oportunidades e/ou lugares de cidadania.

Para obtenção dos resultados da pesquisa, realizamos também análises de conteúdo das metodologias abordadas na Formação da Rede de Agente de Políticas públicas (FRAPP) para Mulheres Rurais da Fruticultura Irrigada, mais conhecido como Curso de Sociopolítica, ofertado pelo Programa Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura Irrigada (PCPMFI), que conta com recursos financeiros do Governo do Estado de Pernambuco, através da Secretaria da Mulher (SecMulher). Para tanto, escolhemos como base de investigação a edição de 2018, executado entre os dias 30 de junho a 5 de agosto, pela Associação das Mulheres Rendeiras do Bairro José e Maria (AMR/JM), nosso lócus de pesquisa.

Para a socialização dos resultados obtidos, assumimos a divisão dos conteúdos em um breve histórico, fase de mobilização, formação interna de equipe, descrição e análises dos principais conteúdos, além da apresentação de imagens que agregassem elementos importantes a pesquisa, bem como facilitar a compreensão dos aspectos relacionados com o estudo. Além disso, reconstruímos o histórico do Programa Chapéu de Palha (PCP) e suas implicações legais para a versão Chapéu de Palha Mulher (CPM), aplicado à realidade da fruticultura irrigada. Em seguida, apresentamos as análises dos principais conteúdos identificados nos Cursos de Sociopolítica do PCPMFI, executado em 2018, pela AMR/JM, para as mulheres trabalhadoras rurais beneficiadas pelo Programa e as mulheres indicadas por elas. Para uma melhor compreensão dos dados examinados, optamos por manter como principais categorias de investigação os principais temas definidos como teor programático dos Cursos de Sociopolítica: Gênero e Ser Mulher; Violência contra a mulher;

Divisão sexual do trabalho; Gênero e raça e Autonomia, empreendedorismo e cooperativismo.

Realizamos uma avaliação geral do Curso de Sociopolítica, onde observamos, em linhas gerais, que os temas abordados se mostravam relevantes para as beneficiárias e estavam conectados com as bandeiras e teorias feministas. Percebemos ainda que as temáticas, os materiais didáticos e as metodologias aplicadas não eram escolhidos de forma aleatória, ao contrário, faziam parte da realidade dessas mulheres trabalhadoras rurais, entre outros apontamentos que foram possíveis perceber, a partir das análises das entrevistas correlacionadas com os principais conteúdos identificados e avaliados dos Cursos de Sociopolítica. Utilizamos ainda os resultados obtidos com os princípios da interseccionalidade e da pesquisa feminista, bases fundamentais da investigação para perceber se os Cursos de Sociopolítica tinham foco na questão de gênero (relações desiguais entre homens e mulheres).

Em linhas gerais, percebemos que, quando buscamos dar visibilidade a condição das mulheres trabalhadoras rurais da fruticultura irrigada em Petrolina-PE, atingimos mais do que delinear um panorama dos Cursos de Sociopolítica do Programa Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura Irrigada, tomando como lócus a Associação das Mulheres Rendeiras do Bairro José e Maria, contribuímos para (re)pensar a forma como homens e mulheres deixam sua marca na coletividade, por meio do trabalho que desenvolvem. Foi sinalizado, também, que a Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido Brasileiro pode ser agregada ao Programa Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura Irrigada, principalmente, nas questões de gênero e sexualidade, levando em consideração os aspectos de raça, etnia e classe, visto que, a perspectiva interseccional, apesar de fundamental para identificar as lacunas existentes nas políticas públicas e assim buscar reparar reivindicações históricas das mulheres, sobretudo, as trabalhadoras rurais.

Notamos que foram encontradas muitas dificuldades por parte das mulheres participantes para a realização das entrevistas, como problemas de saúde, esquecimento, falta de água em casa, prestação de serviço como diarista (“bico”), etc. Portanto, os resultados foram obtidos a partir das entrevistas individuais, realizadas com cinco mulheres trabalhadoras rurais, beneficiadas pelo PCPMFI, na sede da AMR-JM. Essas

trabalhadoras rurais entrevistadas estavam na faixa etária entre 29 a 53 anos de idade, sendo três casadas, uma viúva e outra solteira. Todas possuem filhos, em média de dois a quatro, e participavam diretamente, inclusive, da criação de netos e netas. Quando questionadas sobre a responsabilidade das despesas familiares, foram unânimes em indicar que assumiam a maior parte do sustento familiar, uma informação que se repetia mesmos entre as mulheres casadas. A média da renda familiar dessas mulheres está situada entre R\$ 570,00 a um salário mínimo (R\$ 998,00), comprovando que 65% das mulheres trabalhadoras rurais da fruticultura irrigada vivem com até um salário mínimo ou menos, conforme dados da FASE-PE (2019).

Todas as participantes da pesquisa residem em bairros periféricos, sem saneamento básico, com falta de água constante, sem ruas asfaltadas e com serviço de transporte público limitado. Esses dados evidenciam a situação de vulnerabilidade social dessas mulheres e a necessidade de políticas públicas que rompam com essa triste realidade. Para Sevalho (2018, p. 179), a vulnerabilidade remete ao “sentido de fragilidade”, que se dá tanto no aspecto individual quanto coletivo. Essa situação tem início com o desemprego, e “[a] precarização do trabalho, rebaixamento de status e da perda de raízes ligadas à sociabilidade primária.” (KOWARICK, 2003, p. 70). Meyer (2006) complementa essa ideia, pontuando que é preciso levar em conta os fatores individuais, sociais e institucionais, em que essas mulheres estão inseridas, uma vez que as condições culturais e sociais, bem como com o grau de consciência sobre seu estado de vulnerabilidade e o efetivo poder, que podem exercer para transformá-los, estão diretamente relacionados com seu estado de pobreza.

De acordo com Biroli (2018), é preciso observar esses indicativos pela perspectiva da interseccionalidade, afastando-se do conceito de que a vulnerabilidade é uma questão feminina, mas, sim, fazendo-se mulheres, onde se faz necessário levar em consideração “a correlação entre trabalho não remunerado, trabalho remunerado e arranjos familiares [os quais] tem efeitos distintos se consideramos as mulheres negras e as mulheres brancas.” Além do acesso à educação e as ocupações de prestígio desses grupos, bem como a quantidade significativa de mulheres nas condições de trabalho precário (p. 40). Essa autora ainda afirma que é imprescindível observar “a posição de diferentes mulheres (e

homens), levando em conta as relações de classe e raça.” Só assim será possível “compreender como determinados grupos e sujeitos se tornam, em determinado tempo e lugar, mais suscetíveis a determinados agravos do que a outros.” (p.37). Meyer (2014) indica que essas suscetibilidades podem ser notadas a partir das experiências de cada mulher, levando em conta os fatores individuais e coletivos que afetam a cada uma delas e de que modo (p. 892).

Ponderando esses aspectos, durante as entrevistas, algumas dessas mulheres ainda fizeram declarações mais preocupantes, indicando que não possuem casa própria e que, apesar de não estarem sendo beneficiadas pelo PCPMFI, tiveram seus recursos financeiros, oriundos do Programa Bolsa Família (PBF) cortados. Esse programa de transferência de renda, PBF, foi criado em 2004, por meio do Projeto de Lei no 10.836, destina-se a famílias em situação de pobreza (renda familiar per capita entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00) e extrema pobreza (renda familiar per capita mensal de até R\$ 89,00). Ambas, por sua vez, recebem o benefício básico, no valor mensal de R\$ 89,00, enquanto que o primeiro grupo recebe benefício variável, no valor mensal de R\$ 41,00 por beneficiário, até o limite de R\$ 205,00 por família, destinado às unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou de extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrízes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos. Contudo, famílias que possuem adolescentes com idade entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezessete) anos, vinculados a uma instituição de ensino, podem receber o benefício no valor de R\$ 48,00 por adolescente e de até R\$ 96,00 por família. O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei é feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento (BRASIL, 2018).

Com o objetivo de manter preservada a identidade das mulheres entrevistadas, adotamos os nomes de cinco uvas cultivadas nos perímetros irrigados de Petrolina-PE para nomeá-las, são eles: BRS Vitória, BRS Isis, BRS Núbia, BRS Cora e BRS Magna. Segundo a Embrapa (2019), esses cultivares foram desenvolvidos especialmente para o Semiárido Brasileiro, pelo Programa de Melhoramento 'Uvas do Brasil'. Essas uvas são caracterizadas pela elevada produtividade, diferentes ciclos de produção e alta resistência às doenças que atacam a cultura da videira.

Notas finais

Observamos, em linhas gerais, que, para a realização destas duas pesquisas, foram utilizadas a pesquisa de cunho feminista e os princípios da interseccionalidade e a Teoria do ponto de vista, por meio de observação participante, entrevista semiestruturada, diário de campo e pesquisa documental, além de registros fotográficos e audiovisuais, de modo a garantir maior valorização das vozes das mulheres participantes e maior fidedignidade aos discursos construídos, bem como às reações e emoções das participantes. Nas duas investigações, descritas por nós, neste artigo, a interseccionalidade, que está alicerçada no entrelaçamento de questões de gênero, classe e raça, foi utilizada como uma técnica de análise dos dados, que ao ser aliada com as metodologias de cunho feministas, nos permitiu observar diversas violações dos direitos humanos das mulheres negras, como invisibilidade do trabalho intelectual e vulnerabilidade socioeconômica, por exemplo. Essa escolha metodológica indicou que, quando não são consideradas as vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas, como no caso das trabalhadoras rurais da fruticultura irrigada, as pesquisas em educação camuflam consequências estruturais e dinâmicas como a falta de independência financeira e o baixo grau de escolaridade das mulheres no Semiárido Brasileiro.

A Teoria do ponto de vista, por sua vez, segundo Harding (1987 apud CHANTLER e BURNS, 2015), reconhece que a sociedade é marcada por diversas formas de opressão, por isso é necessário promover estudos científicos que reconheçam a parcialidade de todas as pesquisas, preocupando-se, não só em captar as vozes de quem foi silenciado como também promover emancipação a partir de contextos críticos. Portanto, essa abordagem requer uma postura epistemológica bem próxima da Análise Crítica do Discurso - ACD, buscando investigar as relações e lutas de poder, a partir de diferentes perspectivas e relatos de povos marginalizados, como as mulheres poetas.

Para finalizar, destacamos que as duas pesquisas, embora tenham problemas, objetivos, participantes e *locus* distintos, comungam entre si tanto a abordagem temática de gênero como a utilização da metodologia de cunho feminista com o escopo de garantir o protagonismo discursivo e identitário das mulheres, além de reforçarem a importância e

necessidade desse tipo de estudos, a fim de identificarmos as principais relações geradoras das assimetrias de gênero, classe e raça. Sobretudo, apontamos, neste artigo, a necessidade de referendar e compartilhar novos caminhos para a pesquisa em educação como estratégias viáveis de enfrentamento às opressões patriarcais, inclusive nos espaços acadêmicos, rompendo com os tradicionais moldes que reafirmam as desigualdades entre os diversos tipos de gêneros e que desconsideram as relações sociais, políticas e de poder que permeiam a construção do conhecimento, especialmente, no Semiárido Brasileiro.

Referências

ALBERTI, V. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Nordestino: uma invenção do falo** – Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003. 256p.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. Tradução de Sérgio Milliet.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CHANTLER, K; BURNS, D. Metodologias Feministas. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy. (Orgs.). **Teorias e métodos da pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

CLANCE, P. R.; IMES, S. **The Imposter Phenomenon in High Achieving Women: Dynamics and Therapeutic Intervention**. In: Revista Psychotherapy Theory, Research and Practice. Volume 15, 1978. Disponível em: <https://mpowir.org/wp-content/uploads/2010/02/Download-IP-in-High-AchievingWomen.pdf>. Acesso em 12 set. 2019.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 1º semestre de 2002. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/26366613_. Acessado em 10 de mar 2020.

DUARTE, J. **Entrevista em profundidade**. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

EMBRAPA. **Novas uvas desenvolvidas especialmente para o semiárido brasileiro.** Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Abril de 2019. Disponível: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/42949666/novas-uvas-desenvolvidas-especialmente-para-o-semiarido-brasileiro>. Acessado em 15 de jan 2020.

FASE-PE. **Diagnósticos Locais e Cartografia Social Fase-PE**, 2019. Arquivo em pdf.

FRANCHINI, B. S. O que são as ondas do feminismo? **Revista QG Feminista**, 2017. Disponível em <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeeed092dae3a>. Acesso em 02 Mar. 2019.

GOVERNO FEDERAL. **LEI Nº 9.799.** Maio, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9799.htm. Acessado em 10 de jan 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação.** Uma perspectiva pós - estruturalista. 6ª ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1997.

LONGINO, H. Epistemologia Feminista. In: GRECO, J.; SOSA, E. **Compêndio de Epistemologia.** Tradutores Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Bettoni. São Paulo: Loyola, 2012.

MEYER, D. E. et al. Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: a feminização da inclusão social. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 885-904, 2014. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36751>. Acessado em 7 de jan 2020.

NEVES, S.; NOGUEIRA, C. **Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas Ciências Sociais.** Psicologia: Reflexão e crítica, v.18, n.3, p. 408-412, 2005.

PAIVA, C. C. da S.; BARROS, E. da R. Gênero, Sexualidade e Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido: reflexões e desafios. In: BARROS, Edonilce da Rocha e PAIVA, Carla Conceição da Silva (Org.). **Paradigma Cultural II: gênero, educação, trabalho e etnias.** Curitiba: CRV, 2017.

PEDRO, J. M. Corpo, Prazer e Trabalho. In: BASSANEZI, Carla e PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012.

PEDRO, J. M. Meu corpo, minhas regras. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, v.10, n.113, Fevereiro, 2015.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?.** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, E. J. **Vozes femininas na poesia contemporânea:** Letramentos de reexistência no Vale do São Francisco. Dissertação de mestrado, Educação, Cultura e Territórios semiáridos, UNEB, 2020.

SARDENBERG, C. M. B. e MACEDO, M. S. Relações de Gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; TEIXEIRA, Alexnaldo e VANIN, Iole Macedo (Org.). **Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais**. Salvador: UFBA - NEIM, 2011. 247 p.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PERNAMBUCO. **Programa Chapéu de Palha**. 2018. Disponível em: https://www.seplag.pe.gov.br/?option=com_content&view=article&id=51. Acessado em 10 de jan de 2020.

SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO. **Mulheres Semeando Cidadania: caderno de políticas públicas**. Secretaria da Mulher; org. e texto Cristina Buarque, Maria de Oliveira e Celma Tavares. 2ª Edição revisada – Recife: Secretaria da Mulher, 2009.

SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO. **Gerai. Série Histórica do Chapéu de Palha Mulher**, 2017. Disponível em: http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ec329bde-192d-4823-8c08-9509f9487196&groupId=30863. Acessado em 5 de jan 2020.

SEVALHO, G. O conceito de vulnerabilidade e a educação em saúde fundamentada em Paulo Freire. **Interface: comunicação Saúde Educação**, v.22, n.64, p.177-188, 2018. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/icse/2017nahead/1807-5762-icse-1807-576220160822.pdf>. Acessado em 6 de jan 2020.

SOUSA, R. B. **Processos Formativos das Trabalhadoras da Fruticultura Irrigada no Programa Chapéu de Palha Mulher (PETROLINA-PE)**. Dissertação de mestrado, Educação, Cultura e Territórios semiáridos, UNEB, 2020.

SCOTT, J. W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em https://archive.org/details/scott_gender. Acessado em 10 mar 2020.

SHOSTAK, J. e BARBOUR, R. Entrevista e grupos-alvo. In: SOMEKH, Bridget e LEWIN Cathy (Org.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.